

Ata da Reunião Ordinária do CERMA/PR – 23/03/2016

1
2
3 No vigésimo terceiro dia do mês de março de dois mil e dezesseis, às 9h, quarto andar, ala A, do Palácio
4 das Araucárias – Rua Jacy Loureiro de Campo s/n, nesta Capital, foi realizada a Reunião Ordinária do
5 Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR.
6 Fizeram-se presentes, conforme convocação prévia: **Governamentais:** **Fátima Ikiko Yokohama** e
7 **Regina Bergamaschi Bley** (SEJU), **Lucimar Godoy** (SESA), **Katyani Ogura da Silveira** e **Rosane**
8 **Maria Schafachek Maciel** (Casa Civil), **Tamara Zazera Rezende** (SEDS), **Marcia Leonora Dudeque**
9 (SEED), **Vladimir Luiz de Oliveira** (SESP), e **Paulo Henrique Mariano** (SETI). **sociedade civil:**
10 **Laurette Bernadin** e **Berthony Pieere** (ASHBRA), **Tailaine Cristina Costa** (Cáritas Arquidiocesana de
11 Londrina), **Edesia de Souza Sato** (Pastoral Migratória Arquidiocese de Curitiba), **Ozeil Moura dos**
12 **Santos** (Centro de Integração Social, Cultural, Comercial e Turístico – Afro-Brasileiro), **Orlei Salete**
13 **Bertuol Acco** (Movimento dos Haitianos de Pato Branco – MHAPA), **Elizete Sant’anna de Oliveira**
14 (Serviço Pastoral dos Migrantes – SPM), **Alairton Castro de Lara** (Serviço Pastoral dos Migrantes SPM)
15 e **Marcos Stier Calixto** (Centro de Apoio ao Estrangeiro no Brasil). **Colaboradores/Convidados:**
16 **Claudia Cristina Hoffmann** (Ministério Público Estadual), **Alzir Felipe Buffara Antunes** e **Danielle**
17 **Annoni** (Universidade Federal do Paraná – Cátedra Sérgio Viera de Mello) e **Louise Rocha Raymundo**
18 (SEJU). **Justificativa de Ausência:** **Sueli de Castro Gomes** (ARAS/Cáritas Maringá), está de férias;
19 **Márcia Terezinha Ponce** (Cáritas Arquidiocesana de Londrina), por conta do trabalho; **Elediane**
20 **Carvalho da Rosa** (Movimento dos Haitianos de Pato Branco – MHAPA) e **Marcos Stier Calixto**, que se
21 ausentou apenas no período da tarde. **1º – Abertura:** A Presidente do Conselho, Katyani, abriu a reunião
22 cumprimentando a todos os presentes e pediu que cada Conselheiro se apresentasse. **2º – Leitura e**
23 **Aprovação da Pauta:** Após a leitura, houve ajuste quanto ao item 7 que ao invés de ser procedida a
24 apresentação da SEDS, esta foi substituída pela apresentação da SESA. Ocorrida a concordância de
25 todos os Conselheiros, a pauta foi aprovada. **3º – Aprovação da Ata:** A ata, que foi enviada aos
26 Conselheiros via e-mail, foi aprovada com ajustes sugeridos pelo Conselheiro Ozeil. **4º – Informes:** A
27 Presidente lê o Ofício enviado pelo Deputado Estadual Tadeu Veneri, convidando-a para a Audiência
28 Pública acerca da “Situação dos migrantes, refugiados e apátridas no Paraná”, que será realizada no dia
29 08 de Abril, às 9 horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa. A Presidente abre a palavra para os
30 Conselheiros quanto ao convite para a Audiência. O Conselheiro Ozeil diz que também recebeu o convite
31 para participação da Audiência Pública, dessa vez enviado pela Senadora Gleisi Hoffmann, pontua que
32 comunicou o Departamento de Direitos Humanos e Cidadania (DEDIHC) e acha importante que o
33 CERMA participe da Audiência, para estabelecer parceria com a Senadora. A Presidente ressalva que o
34 Conselho deve ter conhecimento do inteiro teor do que foi passado ao DEDIHC para consulta e

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS – SEJU
DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – DEDIHC
CONSELHO ESTADUAL DE POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO ESTADO DO PARANÁ – CPICT/PR

35 deliberação junto a seus membros quanto à escolha dos representantes e a forma pela qual o Conselho
36 irá proceder na Audiência Pública. Lembra aos Conselheiros que na última reunião foi solicitado às
37 entidades da sociedade civil para que encaminhassem informações sobre os problemas e dificuldades
38 por elas enfrentados, dentro dos 05 eixos descritos no Plano Estadual para iniciarmos os estudos sobre a
39 política pública a ser abordada no Conselho. Contudo tal encaminhamento não foi realizado de forma
40 que, embora reconheça a importância de se estabelecer a relação com o Senado, entende que ao invés
41 de encaminhar mencionadas informações diretamente ao Senado, faz-se necessário que sejam
42 encaminhados ao Conselho para que sejam conhecidos, debatidos e estudados entre os membros para
43 depois ser compartilhado. Sobre o convite feito à Presidente, o Conselheiro Marcos questiona se foi
44 realizada sem o conhecimento dos demais Conselheiros, se ela foi chamada como representante do
45 Conselho, ou se teria que indicar os representantes dentre os membros do CERMA. A Conselheira
46 Fátima esclareceu que a reunião realizada no DEDIHC foi solicitada pelo Cônsul Ozeil, que compareceu
47 na Diretoria do Departamento acompanhado de duas assessoras da Senadora Gleisi Hoffmann, sendo
48 definido que o convite feito pelas Assessoras da Senadora ao Conselheiro e Cônsul Ozeil seria levado à
49 Plenária ter conhecimento e deliberar sobre o assunto. A Conselheira Fátima destacou ainda, que a
50 audiência pública, será aberta a todos. Aproveitando a oportunidade, informa que o novo Secretário de
51 Justiça é o senhor Artagão de Mattos Leão Júnior e que assim que possível, ele irá se apresentar ao
52 grupo. O Conselheiro Oziel diz que é a oportunidade que os Conselheiros terão de elencar os problemas
53 de seus conhecimentos quanto aos migrantes, refugiados e apátridas para encaminhar ao Senado talvez
54 seja única e, por isso, eles devem aproveitá-la. A Presidente observa que essa oportunidade não é única
55 e que os Conselheiros podem encaminhar tais problemas para qualquer órgão sempre que acharem
56 pertinente. A Conselheira Elizete informa que quem faz parte do Fórum do Ministério Público do Trabalho
57 recebeu a notificação sobre a audiência por e-mail. Ela sugere que a Presidente compareça a audiência
58 do dia 08 de abril como representante do Conselho e que os demais Conselheiros, enquanto cidadãos,
59 também participem desta. A Presidente informa que na data da Audiência Pública estará fora de Curitiba
60 e indica para representa-la o Conselheiro Paulo, representante Governamental da Secretaria de Estado
61 da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, submetendo aos Conselheiros a aprovação de sua indicação
62 e/ou a indicação de membro representante da sociedade civil. A Conselheira Laurette sugere que o
63 Conselho escolha um representante da sociedade civil e um governamental, mas que todos possam
64 participar. A Presidente concorda. O Conselheiro Ozeil apoia a escolha do Conselheiro Paulo como
65 representante da Presidente. Ele lembra que o tempo para a fala das entidades vai ser curto, por isso
66 sugere que estas juntem as suas demandas para que possam aproveitá-lo melhor. O Conselheiro Paulo
67 diz que eles ainda não sabem ao certo como será a dinâmica da audiência, mas acredita que a função do

68 Conselho é fazer um compilado dessas demandas, para garantir que todas as entidades sejam
69 representadas, ainda que indiretamente, por meio do Conselho. O Conselheiro Ozeil diz que a pauta é
70 feita pelo Conselho, como órgão técnico. A Presidente lembra que a pauta é, na verdade, elaborada por
71 quem organiza a audiência e o Conselho pode apenas acrescentar algumas informações. A reunião é
72 interrompida pela chegada do novo Secretário de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Artagão de
73 Mattos Leão Júnior, para uma breve apresentação. Dando seguimento à reunião, alguns Conselheiros
74 dizem estar confusos com relação à questão da audiência, por isso, a Presidente explica: A equipe da
75 Senadora Gleisi Hoffmann entrou em contato com o Conselheiro Ozeil que, por sua vez, informou a
76 existência do CERMA e, a partir disso, a equipe da Senadora foi até a Secretária de Justiça, Cidadania e
77 Direitos Humanos para conhecer o trabalho do Conselho., quanto então surgiu o convite para a Audiência
78 Pública. Explicou ainda que a audiência será promovida pelo Senado em parceria com a Assembleia
79 Legislativa, através da Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo Deputado Tadeu Veneri. Procedeu
80 a leitura do convite e solicitou aos Conselheiros que, quando do recebimento de convites de eventos e/ou
81 ações que conversarem sobre assuntos pertinentes ao CERMA, que comuniquem a Secretaria Executiva
82 para que esta providencie a ciência a todos seus membros. Reforçando a fala de alguns Conselheiros, a
83 Presidente deixa claro que o membro do Conselho que for escolhido para exercer a representação do
84 CERMA, deverá falar exclusivamente em nome dele, e que as pessoas que forem representar
85 determinada entidade da sociedade civil, têm total liberdade e direito de expressar as situações pelas
86 quais as entidades passam. O Conselheiro Paulo sugere que o Conselho escolha apenas um
87 representante. Ele acredita que as necessidades do CERMA podem ser expressas de maneira mais
88 satisfatória se isso acontecer. A Conselheira Fátima sugere que o DEDIHC faça uma síntese das
89 questões referentes ao Conselho e envie ao Conselheiro Paulo, a fim de auxiliá-lo na elaboração de sua
90 fala na audiência. Depois de várias considerações e por meio de votação, o Conselheiro Ozeil foi
91 escolhido como representante da sociedade civil na audiência. A Presidente pede que os Conselheiros
92 encaminhem à Secretaria Executiva, até o dia 01 de abril, os pontos que acharem pertinentes à
93 Audiência Pública. **5º – Relato da Comissão Temporária de Elaboração do Regimento Interno:** Para
94 a elaboração do Regimento Interno do Conselho, a Comissão usou como base o Regimento Interno do
95 CONSEPIR. O Conselheiro Paulo lembra que ainda são necessárias algumas adaptações na redação do
96 texto, bem como esclarecimento quanto ao funcionamento do Conselho, atribuição dos Conselheiros e
97 demais detalhes. O Conselheiro Ozeil ressalva que o Regimento será submetido à apreciação do
98 Plenário e que este pode acrescentar pontos que julgar importantes. **6º – Constituição das Comissões:**
99 Iniciando a discussão, a Presidente diz que considera importante a existência das seguintes Comissões:
100 1) Comissão de Direitos e Garantias, para receber denúncias referentes à violações de direitos; 2)
101 Comissão de Monitoramento do Plano, ou seja, uma Comissão que se dedique ao monitoramento das



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS – SEJU
DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – DEDIHC
CONSELHO ESTADUAL DE POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO ESTADO DO PARANÁ – CPICT/PR

102 políticas públicas que estão sendo aplicadas; e 3) Comissão de Comunicação, que seria responsável
103 tanto pela comunicação interna do Conselho, quanto pela comunicação do Conselho com a sociedade.
104 Depois disso, ela abre espaço para sugestões. A Conselheira Tailaine sugere que haja uma Comissão de
105 Monitoramento das Instituições, com o intuito de arrecadar estatísticas quanto ao número de atendimento
106 que tais Instituições realizam. A partir da fala da Conselheira, o Conselheiro Marcos sugere uma
107 Comissão de Mapeamento, Estatística e Monitoramento. A Conselheira Tamara, por sua vez, acredita que
108 a nomenclatura da Comissão deva ser: Comissão de Diagnóstico e Informações. Marcos ressalta que,
109 com este nome, a Comissão não corresponderia às necessidades do Conselho já que não englobaria o
110 mapeamento. Durante as discussões a respeito das Comissões, os Conselheiros Ozeil e Berthony
111 destacam que os migrantes, refugiados e apátridas têm grandes dificuldades no que se trata do acesso à
112 justiça. Ambos acreditam que é preciso instituir uma Comissão que trate disso diretamente. Depois de
113 algumas considerações e adaptações, ficaram definidas as seguintes Comissões: **1) Comissão de**
114 **Gestão da Informação** (Mapeamento, estatísticas, dados, diagnóstico e monitoramento): Cáritas
115 Arquidiocesana de Londrina, Pastoral Migratória Arquidiocese de Curitiba – CEAMIG, SESP, SETI. **2)**
116 **Comissão de Monitoramento de Políticas Públicas** (Plano Estadual): Conselho Regional de Psicologia
117 do Paraná – CRP/PR, Serviço Pastoral dos Migrantes – SPM, SEED, SEJU, UFPR. **3) Comissão de**
118 **Direitos e Garantias (Denúncias)**: Centro de Apoio ao Estrangeiro no Brasil, Centro de Integração
119 Social, Cultural, Comercial e Turístico – AfroBrasileiro, Movimento dos Haitianos de Pato Branco –
120 MHAPA, SEDS, SESA, Casa Civil e Ministério Público como convidado/colaborador. **4) Comissão de**
121 **Comunicação e Eventos**: Associação para a Solidariedade dos Haitianos no Brasil de Curitiba/PR –
122 ASHBRA, Cáritas Maringá – ARAS, SEEC, SEET, UFPR (colaborador). Logo na próxima reunião, as
123 Comissões terão que escolher o seu respectivo coordenador e relator. A Conselheira Fátima explica que
124 os outros Conselhos trabalham da seguinte forma: de manhã acontece a reunião das Comissões e no
125 período da tarde realiza-se Plenária para a aprovação e o encaminhamento do que foi decidido no
126 período da manhã em cada uma das Comissões. A Conselheira ainda diz que pode haver diferença no
127 número de membros nas Comissões de acordo com as necessidades de cada uma delas. A assessora
128 técnica Louise destaca que, embora não tenham direito a voto, os convidados podem compor as
129 Comissões. Antes do intervalo, os membros do Conselho formaram dois grupos (um composto por
130 representantes da sociedade civil, e outro por representantes Governamentais) para que pudessem
131 discutir a respeito da participação de suas respectivas entidades nas Comissões. **7º – Apresentação:**
132 Retomando a reunião no período da tarde e após as últimas deliberações com relação às Comissões, a
133 Presidente abre espaço para as apresentações: A Conselheira Lucimar faz a apresentação em nome da
134 Secretaria de Saúde (SESA) e o Conselheiro Ozeil **fez uma apresentação do Centro de**

[Palácio das Araucárias](#)

Rua Jacy Loureiro de Campos s/n, Térreo – Centro Cívico

Fone: [41\)3221-7243](tel:(41)3221-7243) / [3221-7249](tel:3221-7249) - CEP 80530-915 - Curitiba/PR

135 **Integração Afro-Brasileiro, através de um Power Point, onde apresentou a**
136 **edificação em Curitiba do Maior Portal Africano do Mundo, por sua proposta, bem**
137 **como, a edificação da Praça Zumbi dos Palmares, também de sua proposição e**
138 **enalteceu a vinda de 30 Embaixadores Africanos, que vieram conhecer o Portal e**
139 **para iniciarem as tratativas pela integração Comercial, Cultural, Turística, Esportiva,**
140 **Científica e tecnológica entre o Continente Africano o Brasil o Paraná e Santa**
141 **Catarina e também enalteceu a vinda de mais de 400 empresários Africanos, que**
142 **vieram adquirir produtos do Paraná.** Cada apresentação tem duração de 20 minutos, como
143 definido anteriormente. Após as falas, foi oportunizado aos membros do Conselho espaço para
144 questionamentos quanto às apresentações. O Conselheiro Berthony questiona a Conselheira Lucimar
145 sobre o impacto que o Programa “Mais Médicos”, do Governo Federal, tem na saúde pública e como isso
146 pode suprir a necessidade de especialistas médicos. Em resposta, a Conselheira Lucimar explica que o
147 objetivo do Programa “Mais Médicos” é realizar atendimento primário, portanto, não tem influência sobre
148 a necessidade de médicos especialistas. Em seguida, a colaboradora Marta pergunta à Conselheira
149 Lucimar se, através dos cadastros, é possível fazer um mapeamento de onde estão os refugiados e quais
150 problemas de saúde eles mais enfrentam. A Conselheira responde que no Cartão SUS não há nenhum
151 tipo de informação sobre a nacionalidade do paciente, por isso não é possível fazer levantamentos dessa
152 natureza. A Conselheira Fátima informa que no ano de 2015 a Secretaria de Justiça junto ao Ministério de
153 Justiça, fez a solicitação de um diálogo mais intenso com os Ministérios da Educação e do
154 Desenvolvimento Social e, principalmente, da Saúde, a respeito da questão dos migrantes. Ela lembra
155 que essa questão deve passar por todos os Ministérios e todas as Secretarias, destacando que falta
156 articulação da Secretaria de Saúde, assim como de outras Secretarias, e, por isso, o problema deve ser
157 levado à Audiência Pública. A Conselheira Laurette problematiza o fato de que muitos migrantes sofrem
158 preconceito por parte de agentes de saúde. Restringindo o acesso à informações importantes e
159 distanciando-os dos programas do governo que atendem questões referentes à saúde. A Conselheira
160 Lucimar diz que embora seja um trabalho embrionário, o objetivo do Plano Estadual da Saúde é divulgar
161 a saúde como um direito de todos. Ela lembra que o atendimento dependerá muito da conduta do
162 profissional e que eles não podem submeter os migrantes a exames de maneira compulsória. Tendo em
163 vista esse problema, a Conselheira sugere que as pessoas que têm contato com esses migrantes os
164 estimulem a procurar por unidades de saúde. A Presidente lembra que essa atribuição também é do
165 próprio Conselho. Após essa colocação, a Conselheira Laurette questiona qual estratégia o Conselho
166 usará para promover esse estímulo. A Presidente lembra que isso será definido pelo trabalho conjunto
167 das Comissões e que é preciso que haja grande empenho por parte de todos, já que esse é um trabalho



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS – SEJU
DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – DEDIHC
CONSELHO ESTADUAL DE POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO ESTADO DO PARANÁ – CPICT/PR

168 pioneiro no Brasil. Os Conselheiros Lucimar e Ozeil lembram que é necessário pressionar os Municípios
169 para que todos os migrantes possam receber atendimento médico. A Conselheira Elizete lembra que
170 antes mesmo da criação do Conselho, na época do Comitê, havia a preocupação de atingir também o
171 interior e não se restringir apenas à capital do Estado e naquele momento foram realizadas as vídeos
172 conferências. A Conselheira relata que houve ampla participação por parte dos municípios, os quais
173 ampliaram sua área de relação e conhecimento com os migrantes. Ela ainda sugere que o Conselho
174 promova encontros, em todo o Paraná, entre funcionários do Estado e migrantes para que questões
175 referentes a saúde, educação e cultura sejam debatidas e cheguem ao conhecimento de todos. A
176 Conselheira Lucimar sugere que em um primeiro momento a realização de Vídeo Conferência não
177 setorizada para que se possa apresentar o Conselho de maneira geral. Com relação a isso, a
178 Conselheira Fátima acredita que além de apresentar o grupo, o Conselho pode optar por eleger três
179 temáticas dentro das quais os Municípios poderiam expressar suas dificuldades e anseios. Ela destaca
180 as áreas da saúde, trabalho e educação (sobretudo no que se trata do ensino de língua portuguesa para
181 crianças estrangeiras). A Conselheira Tamara lembra que a conferência será de responsabilidade da
182 Comissão de Comunicação e Eventos. A Presidente sugere que se acrescente na pauta da próxima
183 reunião um ponto referente ao planejamento de temas a serem abordados em Vídeo Conferência. O
184 Conselheiro Ozeil acredita que não há ninguém em melhor condição para falar sobre as condições dos
185 migrantes que os próprios Conselheiros, representantes da sociedade civil. A Presidente lembra que é
186 justamente por isso que os Conselheiros devem encaminhar, via e-mail, à Secretaria Executiva, todos os
187 problemas dos quais têm conhecimento. É necessário que esses e-mails sejam enviados com certa
188 antecedência. Assim, o Conselho poderá trabalhar com essas questões na reunião. A Presidente ainda
189 informa que, além da Ata, serão enviadas a todos os Conselheiros, informações a respeito do
190 funcionamento das reuniões das Comissões. O Conselheiro Berthony questiona quem irá fiscalizar as
191 políticas públicas criadas pelo Conselho quando elas entrarem em vigência. A Presidente lembra que
192 essa é uma função de todos os Conselheiros. Ela diz que, segundo a Lei, todos os Conselheiros que
193 ocupam o cargo têm o direito e o dever de fazer esse monitoramento. A Conselheira Laurette denuncia o
194 episódio no qual um policial militar atirou no pé de uma haitiana sem nenhum motivo para fazê-lo. A
195 Conselheira ainda conta que esta mulher está na rua, com o ferimento exposto e risco eminente de
196 infecção. Relata que vários órgãos estaduais foram envolvidos, mas nenhum se propôs a intervir na
197 questão. A Conselheira Lucimar pede que um e-mail sobre esta agressão seja enviado à Secretaria
198 Executiva, para que esta o repasse às Secretarias de Estado e o problema possa ser efetivamente
199 resolvido. Assim como a Conselheira Lucimar, a Conselheira Fátima ressalta a necessidade de que
200 denúncias desta natureza sejam feitas à Secretaria de Justiça, para que ela possa se articular, junto a

[Palácio das Araucárias](#)

Rua Jacy Loureiro de Campos s/n, Térreo – Centro Cívico

Fone: [41\)3221-7243](tel:(41)3221-7243) / [3221-7249](tel:3221-7249) - CEP 80530-915 - Curitiba/PR

201 outras Secretarias, com o intuito de resolver à questão. Encerrada essa discussão, os Conselheiros
202 definem que na próxima reunião se apresentarão as seguintes instituições: SEDS (Governamental) e
203 Cáritas Londrina (sociedade civil). A Conselheira Tailaine informa que a Cáritas Paraná em ação conjunta
204 com Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), assinou um convênio para a
205 execução do projeto com Refugiados no Paraná. Ela coloca o projeto à disposição do Conselho. A
206 Presidente pede a autorização do Conselho para trazer na próxima reunião ou na posterior, Maria Vitória
207 Silveira e Silva, estudante da Universidade de Georgetown, com amplo conhecimento referente a
208 políticas internacionais, sobretudo no que se trata dos processos migratórios do Oriente Médio. Que a
209 data para comparecimento da convidada ainda não está confirmada. Os Conselheiros aprovam. **8º –**
210 **Encerramento:** Sem mais assuntos a serem tratados, a Presidente declara o encerramento da reunião. A
211 presente Ata foi lavrada pelo Núcleo de Assessoramento aos Conselhos – Departamento de Direitos
212 Humanos e Cidadania (DEDIHC) e, após sua leitura e aprovação, será anexada à cópia da lista de
213 presença assinada pelos integrantes presentes nessa reunião.